

## Ata da Reunião do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária-CNES

Brasília/DF, 10 de julho de 2025

Aos dez dias do mês de julho, o Secretário Gilberto Carvalho deu início à reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária, saudando os conselheiros e conselheiras. Estavam presentes os seguintes participantes: Celecina Rodrigues dos Santos – FBES, Etiane Araldi – Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares, Fernando Zamban – SENAES, Maria Helena Mendes Pinheiro – FBES, Iracema Ferreira de Moura – SENAES, Priscila Silva Coelho – OCB, Lidia Vieira Rocha Roza – Banco do Brasil, Francisco José de Lima Santiago – Cáritas Brasileira, Juliana Hermano Santos – Caixa Econômica Federal, Jairo dos Santos – Rede de Gestores, Antonia Vanderlucia de Oliveira Simplicio – SENAES, Aparecida Amaranto, Adalberto Felício Maluf Filho – MMA, Mariana Batista Giroto – Rede de Gestores, Renata Moustapha Correa – BNDES, Lidiane Freitas Conte – SENAES, Rogério Antonio Mauro – MDA, Geni Rosângela Dias – FBES, Kristiany Mariely Bender – FBES, Maria Lucia Balbino da Silva – FBES, Walmir Mendes Dettmann – FBES. Logo em seguida Gilberto passou a palavra para **Fernando Zamban** que iniciou sua fala explicando sobre a programação da IV Conaes, ele informou que embora já haja representantes de todos os estados inscritos, ainda faltam alguns conselheiros titulares confirmarem presença na conferência. A equipe segue em um mutirão para ajustar detalhes de infraestrutura, hospedagem e transporte, garantindo que tudo ocorra da melhor forma. Relatou que, nas últimas semanas, a comissão organizadora, com apoio da comissão de metodologia, construiu o caminho metodológico para a etapa nacional, aproveitando contribuições vindas dos estados. A programação prevê que a maioria dos delegados chegue na manhã do dia 13, siga para Luziânia para hospedagem, credenciamento e almoço, retornando a Brasília para as atividades na Esplanada dos Ministérios. Entre as ações previstas, estão um ato no Congresso Nacional para dialogar com a frente parlamentar sobre as pautas da economia solidária e a abertura oficial da conferência, desejada no Palácio do Planalto, mas que poderá ocorrer na própria Esplanada. A cerimônia está programada para as 16h, seguida do deslocamento para o local de hospedagem no horário de pico. No dia 14, haverá uma mesa de análise de conjuntura, reunindo informações dos estados e perspectivas nacionais e internacionais para refletir sobre os rumos da política pública. À tarde, ocorrerão duas plenárias temáticas: uma discutirá as propostas e diretrizes vindas das etapas estaduais, e a outra, os sujeitos e públicos prioritários da economia solidária, considerando o intervalo de mais de uma década desde a última conferência. O dia 15 será dedicado aos grupos de trabalho, cada um discutindo dois dos quatro eixos da conferência, podendo haver ajustes conforme a sistematização das propostas. No fim do dia, os grupos que trataram do mesmo eixo se reunirão para construir consensos. Já no dia 16, pela manhã, ocorrerá a plenária final para apresentar, validar e aprovar os resultados e possíveis moções, encerrando-se o evento por volta das 13h, com retorno dos delegados aos seus estados. Fernando destacou que, embora pareça uma agenda extensa, o tempo será bastante apertado e exigirá foco, mas que o processo deverá gerar insumos valiosos para o 2º Plano Nacional de Economia Solidária. Na sequência foi aberta a palavra aos conselheiros. **Celecina Rodrigues** pediu verificação de quórum, destacando a baixa participação e defendendo registrar ausências. Logo após Gilberto passou para o segundo ponto da pauta da Reunião pedindo para **Vanderlucia** explicar sobre os programas Paul Singer, Educar e Cooperar e Manoel Querino. Vanderlucia iniciou sua fala dando boa tarde a todos e explicando que começaria a atualização pelo **Programa Paul Singer**. Contou que o programa foi lançado oficialmente em 7 de maio, com a contratação dos agentes, e que atualmente 497 deles já estão atuando em campo, de um total previsto de 500, sendo que dois desistiram após a contratação e um não chegou a ser contratado. Ela explicou que, há quase dois meses, agentes do Programa Paul Singer já estão em atuação, distribuídos por 350 municípios. Esses profissionais, que trabalham diretamente nos territórios, estão organizados sob a coordenação de 54 líderes estaduais, dois por estado e também acompanhados por uma equipe nacional responsável por orientar o processo formativo. Ela detalhou que, entre 21 e 31 de julho, será realizada a etapa de capacitação desses agentes, organizada em 12 turmas. Para otimizar recursos e logística, os grupos foram estruturados reunindo estados vizinhos, de acordo com sua proximidade geográfica. Em seguida, passou a falar sobre o **Programa Educar e Cooperar**. Explicou que a proposta inicial, pensada com o Sebrae, foi reformulada e hoje se estrutura como uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil, o Sebrae e a FESP São Paulo. O projeto prevê a formação de cerca de 40 militantes ou integrantes de

empreendimentos da economia popular e solidária, em um curso de 18 meses. Esses participantes, escolhidos por já terem trajetória e engajamento no movimento, serão capacitados para atuar como consultores, multiplicando o conhecimento junto aos empreendimentos com uma linguagem próxima da realidade do setor. A intenção é que absorvam também conteúdos técnicos, mas preservem e transmitam os princípios e objetivos da economia solidária. As tratativas finais com os parceiros já estão em andamento. Por fim, relatou o andamento do **Programa Manoel Querino**. Em sua última edição, no ano anterior, foram formados 2.800 educandos oriundos de empreendimentos da economia solidária, em parceria com o Instituto Federal da Bahia e o Instituto Federal de São Paulo que, como “institutos mães”, articularam a participação de mais de 43 campi em todo o país. Para a nova etapa, a parceria com a Secretaria de Qualificação Profissional está sendo renovada, mas, devido à redução de recursos, a previsão é de 1.000 vagas. A meta é ampliar a rede de institutos participantes, priorizando aqueles localizados em territórios onde atuam os agentes do Programa Paul Singer, fortalecendo assim o vínculo entre formação e prática no território. Vanderlucia destacou que o início depende do descontingenciamento orçamentário, mas que a expectativa é iniciar ainda no segundo semestre. Encerrando, colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas e receber sugestões sobre os três programas. Após **Francisco Santiago** fez as considerações de sobre a importância de ampliar o diálogo e as formações junto a quem constrói o movimento de economia solidária, Gilberto agradeceu as observações e passou a palavra para **Celecina Rodrigues** que iniciou reconhecendo que era incomum falar tanto em uma reunião, mas justificou pelo sentimento de ausência da “massa crítica” do movimento no Conselho Nacional. Lembrou de debates anteriores sobre a parceria com o Sebrae, quando havia usado a metáfora de “noivar, mas não casar”, e retomou a preocupação com o quórum reduzido. Ressaltou a urgência de oferecer formação técnica aos trabalhadores, citando como exemplo dificuldades básicas como o uso da plataforma Gov.br, mas insistiu que a formação política também é essencial para manter a identidade e a criticidade do movimento frente às pautas e políticas públicas. Relatou experiências no Rio de Janeiro, onde o Sebrae demonstrou resistência ao diálogo com o movimento, e defendeu que a mobilização de base deve ser reconhecida como papel do movimento social, o que traria ganhos também para a gestão. Por fim, reiterou seu desconforto com a baixa participação na reunião e expressou preocupação de que compromissos externos estejam se sobrepondo à importância do espaço do Conselho. De posse da palavra **Jairo** logo no início, fez questão de demonstrar apoio às reflexões de Celecina, ressaltando que acompanhava suas colocações com atenção, pois traziam questões de grande relevância. Para ele, a formação política dos militantes e trabalhadores da economia solidária era fundamental. Destacou que, em qualquer processo formativo, era imprescindível que houvesse um viés que ajudasse a compreender mais profundamente o cenário político brasileiro, já que a economia solidária nasce e se sustenta nos princípios democráticos. Segundo Jairo, era essencial que os empreendimentos e seus integrantes entendessem esse papel com clareza, pois isso fortaleceria todo o movimento. Em seguida, dirigiu-se a Gilberto, Vanderlucia e à equipe da Senaes para apontar outro ponto crucial: a necessidade de medir a efetividade das formações. Ele citou como exemplo o **Programa Manoel Querino**, que havia mobilizado uma grande rede e contado com a participação de muitas pessoas em todo o país. A questão, para ele, era saber de forma concreta como essa formação chegara aos empreendimentos. Propôs que fosse feito um levantamento detalhado, com gráficos e indicadores, para avaliar a positividade dos resultados: quais empreendimento foram alcançados, quantos participantes estavam de fato envolvidos no dia a dia da economia solidária, e qual era o perfil dessas pessoas. Jairo salientou que, sem essa mensuração, corria-se o risco de se formar um grande número de pessoas que, embora tivessem certificados, não mantinham ligação estreita com seus empreendimentos e tampouco repassavam o conhecimento adquirido. Por isso, defendia que o levantamento incluísse informações como a quantidade de mulheres, de pessoas negras e de trabalhadores diretamente envolvidos, de modo a reforçar a base e o cerne do movimento. Encerrando sua fala, reafirmou que esse tipo de avaliação era essencial para compreender se o esforço formativo estava, de fato, alcançando quem mais precisava. Gilberto agradeceu a contribuição de Jairo, reconhecendo a importância de suas observações, e anunciou que pediria a Vanderlucia para fazer um esclarecimento. Em seguida, adiantou que, sobre o programa **Educar e Cooperar**, o recurso do Sebrae seria repassado para a Fundação Banco do Brasil, dando sequência à execução planejada. **Vanderlúcia** iniciou explicando que o projeto em questão passaria a contar com recursos do Sebrae, mas esses valores seriam repassados para a Fundação Banco do Brasil, que ficaria responsável pela execução. Em seguida, complementou a informação,

99 detalhando que a relação se daria de forma mais direta entre a Fundação Banco do Brasil e a Faculdade de  
100 Educação e Sociologia de São Paulo. Caberia a essa instituição conduzir a capacitação, que inicialmente  
101 atenderia uma turma de 40 participantes. Ela frisou que não se tratava de um grupo qualquer: seriam 40 pessoas  
102 com trajetória sólida na economia solidária, gente como Santiago e Celecina, que já conheciam os conceitos  
103 e objetivos da temática. O propósito era que esses participantes recebessem uma formação técnica qualificada  
104 para, posteriormente, atuarem como multiplicadores, capacitando outras pessoas diretamente ligadas aos  
105 empreendimentos. Por isso, apesar de pequena, a turma tinha um caráter estratégico: seria composta por  
106 pessoas com firmeza conceitual. Vanderlúcia reforçou que, apesar dessa formação diferenciada, a parceria  
107 com o Sebrae em nível estadual continuaria. Ao responder a Jairo sobre o **Programa Manoel Querino**,  
108 admitiu que ainda não havia um levantamento preciso sobre a situação dos 2.800 formados na edição anterior  
109 quantos estavam diretamente ligados a empreendimentos e como estavam aplicando o aprendizado. Informou  
110 que já havia diálogo com os dois institutos federais parceiros principais, o IF Bahia e o IF São Paulo, que  
111 estavam compilando relatórios com informações de todos os campi envolvidos. Vanderlúcia explicou que a  
112 intenção era reunir, em Brasília, os dois institutos parceiros do Programa Manoel Querino para realizar uma  
113 avaliação aprofundada, consolidando todas as informações em gráficos que permitissem apresentar um  
114 panorama claro da situação. Contudo, reconheceu que essa etapa havia sido adiada por falta de equipe  
115 disponível, já que, no momento, todos estavam sobrecarregados com a condução das formações para os 600  
116 integrantes do Programa Paul Singer, entre agentes de base, coordenadores estaduais e equipe nacional e,  
117 simultaneamente, com a organização da Conferência Nacional de Economia Solidária. Aproveitando para  
118 reforçar um ponto levantado por Celecina e apoiado por Jairo, Vanderlúcia afirmou que essa construção  
119 precisava ser coletiva. No caso do Manoel Querino, ela destacou que a adesão dependia exclusivamente da  
120 manifestação de interesse de cada instituto federal. Por isso, sugeriu que Santiago, no Ceará, incentivasse as  
121 instituições da sua região, especialmente aquelas localizadas onde a economia solidária era mais forte a  
122 aderirem ao programa. Segundo ela a avaliação das edições anteriores tinha importância estratégica não apenas  
123 para medir a qualidade dos cursos, mas também para acompanhar o destino dos formados. O objetivo era  
124 reaproximar esse grupo da prática da economia solidária e, nas novas turmas, influenciar as indicações para  
125 que mais pessoas já ligadas a temática participassem. A rede de agentes seria usada para estimular essas  
126 inscrições. No entanto, ela trouxe uma notícia preocupante: os cortes orçamentários na Secretaria de Formação  
127 estavam atrasando a retomada do Manoel Querino, e, no momento, não havia garantia de realização do curso.  
128 Apesar de todos os esforços para assegurar os recursos, a situação orçamentária do governo era crítica a ponto  
129 de afetar operações básicas, como voos da Força Aérea Brasileira, por falta de combustível. As emendas  
130 parlamentares consumiam 60% do orçamento discricionário, deixando a pasta em um cenário dramático.  
131 Sobre o programa **Educar e Cooperar**, Vanderlúcia explicou que a mudança no fluxo de execução com o  
132 recurso passando pela Fundação Banco do Brasil e sendo aplicado por uma universidade, no caso, a Unifesp  
133 de São Paulo, foi uma indicação do próprio Sebrae. Garantiu, entretanto, que qualquer formação obedeceria  
134 rigorosamente aos princípios da educação popular e aos valores da economia solidária, como autogestão e  
135 solidariedade. Por fim, reconheceu a urgência em acelerar a assessoria técnica aos empreendimentos, já que  
136 muitos enfrentavam dificuldades graves de gestão e formalização. Lembrou que, embora o Sebrae tenha sido  
137 a primeira referência para esse apoio, no formato atual a execução na ponta ficaria a cargo da Fesp, com  
138 acompanhamento próximo de Vanderlúcia, para garantir que todo o processo estivesse alinhado aos objetivos  
139 do movimento. Em seguida, anunciou que Santiago havia solicitado a palavra. **Francisco Santiago** iniciou  
140 sua fala reforçando total concordância com as colocações de Celecina. Ressaltou que, independentemente de  
141 as formações serem conduzidas pelo Sebrae, pela Fundação Banco do Brasil ou por qualquer outra instituição,  
142 era fundamental que houvesse diálogo sobre os temas estratégicos apresentados por Gilberto, para que a  
143 construção fosse coletiva e alinhada às necessidades do movimento. Em sua percepção, era preciso avançar  
144 no sentido de que essas formações gerassem resultados concretos. Ele citou como exemplo empreendimentos  
145 que participam das capacitações, elaboram planos de sustentabilidade e identificam suas necessidades, mas  
146 acabam ficando apenas nesse diagnóstico, sem desdobramentos práticos. Santiago destacou que existem  
147 outros programas e linhas de crédito que poderiam ser articulados com as formações, ampliando as  
148 possibilidades de desenvolvimento dos empreendimentos. Ele pontuou ainda que a economia solidária  
149 precisava enfrentar, dentro do próprio movimento, o debate sobre viabilidade econômica. Embora temas como

cooperação, autogestão e relações sociais fossem muito presentes, o aspecto de promoção efetiva de geração de renda e fortalecimento econômico muitas vezes ficava em segundo plano. Para ele, era essencial que esse viés também estivesse presente nos programas formativos. Por fim, sugeriu que fosse garantida a participação de gestores públicos, municipais e estaduais nas formações. Relatou que, no Ceará, havia várias coordenadorias com o nome de economia solidária, mas que, na prática, acabavam reproduzindo a lógica do empreendedorismo convencional, muitas vezes por falta de compreensão dos gestores sobre os princípios e práticas do movimento. Incluir esses atores nas capacitações, segundo ele, poderia ampliar a compreensão e melhorar o diálogo institucional. Mariana, pediu a palavra para esclarecer uma dúvida. Referindo-se ao curso do programa **Educar e Cooperar**, quis saber se os 40 participantes seriam de fato consultores e, caso fossem, quem ficaria responsável por contratá-los, se Sebrae, Senaes ou Fesp. Questionou também como seria possível garantir que eles conseguissem multiplicar o conteúdo recebido e se essa atuação seria remunerada ou voluntária. Logo após Celecina pediu a palavra. Ela enfatizou a importância de consultar os trabalhadores da economia solidária sobre questões relacionadas ao território. Fez um breve resgate histórico, lembrando que muitos militantes da economia solidária migraram para a economia criativa, o que considerava uma perda para a narrativa do movimento. Ressaltou que apresentar um programa nacional sem discussão prévia com as bases poderia gerar resistência e dificuldades na execução. No seu caso, contava com o privilégio de ter apoio da superintendência, do movimento social no Rio, onde era conhecida, mas sabia que havia territórios onde o diálogo não fluía. Encerrando, reforçou a máxima “nada de nós sem nós” e defendeu gastar tempo para ouvir e envolver os atores locais. Na sequência, Gilberto respondeu à dúvida de Mariana. Explicou que a ideia era, de fato, formar consultores oriundos da própria economia solidária, pessoas que já compartilhassem seus objetivos e concepção. Esses consultores receberiam capacitação e também uma bolsa para atuar multiplicando a formação nos estados, chegando até os empreendimentos. Confirmou que eles seriam contratados, e que a contratação ficaria a cargo da universidade parceira, por meio do projeto, em articulação com a Fundação Banco do Brasil. Com a pauta encerrada e sem deliberações formais, Gilberto registrou que o quórum havia sido baixo, apenas 22 participantes e que a reunião tinha caráter mais informativo. Anunciou o encerramento, informando que o próximo encontro seria na conferência, no dia 13, com uma grande manifestação na Esplanada dos Ministérios. Agradeceu a todos pela presença, tanto do governo quanto da sociedade civil.